

A MONUMENTALIDADE DO PRIMEIRO PALÁCIO MODERNISTA INTERNACIONAL DO RS

BRAUN, Juindy Gnassu¹; PEREIRA, Marina Aimi²;
CAMARGO, Maria Aparecida Santana³.

Palavras-chave: Arquitetura. Palácio da Justiça. Restauração.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo descrever, de forma sucinta, o contexto histórico e a arquitetura do Palácio da Justiça, um dos precursores palácios de linguagem moderna a nível internacional que foi construído entre os anos de 1953-1968 no Centro Cívico de Porto Alegre/RS. O Palácio da Justiça ocupou o lugar da antiga Casa da Câmara, que após um incêndio sem causas constatadas, foi totalmente destruído. Para a construção do Palácio, o governador do Estado, Ernesto Dornelles, em 1951, autorizou a realização de um concurso público de projetos para o novo edifício. Os editais do concurso forneciam um programa de necessidades e um zoneamento pré-estipulado, além de algumas exigências estéticas e monumentais. No dia 4 de dezembro de 1952 foi divulgado o resultado do concurso, o projeto apresentado sob o pseudônimo LICURGO foi o escolhido pela Comissão Julgadora. Seus autores eram o arquiteto Luís Fernando Corona e o então acadêmico do Curso de Arquitetura, Carlos Maximiliano Fayet. A proposta foi um prisma unitário de nove andares que ocupou toda a área disponível do terreno. Como característica de projeto, sua composição traz ao contexto local os cinco pontos da arquitetura de Le Corbusier (1926): planta livre, fachada livre, pilotis, terraço-jardim e janelas longitudinais. A notável modernidade do edifício introduziu uma nova escala e um novo estilo na cidade, até então marcada por edifícios institucionais neoclássicos ou ecléticos. A fachada sul é contemplada com a escultura da deusa Themis (deusa da justiça) e o letreiro com a inscrição Palácio da Justiça. As fachadas leste e oeste são muito semelhantes em sua composição, mostram o desnível existente no terreno e a base formada pelo subsolo para acomodar o térreo do edifício, apresentam janelas em fita ininterruptas (lado oeste coberto por brises devido a incidência solar direta), revestimento em granito modulado e dois grandes murais em relevo. O térreo do Palácio da Justiça contém todos os elementos tradicionais da arquitetura de palácios (pórtico colunar, escadaria em destaque, grande salão, escala monumental) vertidos em linguagem moderna. Cada andar dispõe de uma planta própria adequada a necessidade imposta. A cobertura utiliza o sistema de impermeabilização e é composta por aberturas que promovem a iluminação natural do edifício. Duraram quinze anos as obras do Palácio da Justiça, construído em meio a graves crises institucionais e políticas que culminaram no golpe militar de 1964. Sua inauguração foi em 1968, porém o Palácio já havia sido ocupado há anos. A primeira instância funcionava nos dois primeiros pavimentos desde o ano de 1962. Cinquenta anos após o concurso, o arquiteto Carlos Maximiliano Fayet foi chamado ao Tribunal de Justiça para recuperar, readequar e restaurar o edifício. Em 2002 foi assinado o contrato de início as obras e em janeiro de 2006 ocorreu a solenidade que reinaugurou a sede do Poder Judiciário.

¹ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – UNICRUZ – 4º semestre. ju.indy@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – UNICRUZ – 4º semestre. marina_aimi@hotmail.com

³ Docente da Universidade de Cruz Alta. cidascamargo@gmail.com